

RICARDO ANTUNES

Professor titular e livre-docente no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Especialista e pesquisador na área de Sociologia do Trabalho, Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo e Mestre em Ciência Política pela Unicamp. Foi *visiting research fellow* na Universidade de Sussex, Inglaterra.

Publicou vários livros sobre as mudanças nos mundos do trabalho, entre eles: *Adeus ao trabalho?* (Cortez, 1995), *Os sentidos do trabalho* – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho (Boitempo, 1999), *A desertificação neoliberal no Brasil* (Collor, FHC e Lula) (Autores Associados) e *O caracol e sua concha* – ensaios sobre a nova metamorfose do trabalho (Boitempo, 2005).

ES: Professor, comecemos com a grande questão que hoje afeta os mundos do trabalho e os trabalhadores: a reconfiguração do modo de produção na chamada nova ordem mundial.

Ricardo Antunes: Podemos começar dizendo que, especialmente a partir dos anos 70 para cá, o capitalismo sofreu uma grande reestruturação, de amplitude global, que atingiu sua própria estrutura produtiva, na medida em que o padrão de acumulação taylorista e fordista começou a dar sinais de esgotamento. Trata-se de uma crise estrutural profunda que fez com que, ao longo período de acumulação do pós-guerra, se sucedesse um longo ciclo depressivo. Como exemplo, a ocidentalização dos conceitos do toyotismo – *just in time*, *kanban*, círculos de controle de qualidade etc.. Uma característica muito especial desse processo foi a produção mais flexível e mais vinculada ao consumo (em vez de produzir em massa para consumo de massa). Os capitalistas iniciaram um processo de reestruturação do capital baseado em alguns elementos: grande incremento tecnológico, com a estruturação de empresas em redes; acentuado enxugamento da força de trabalho, isto é, redução do trabalho vivo, de tal modo que pudesse haver redução de custo, e, paralelamente a essa redução, a expansão da chamada terceirização – núcleo mais restrito de trabalhadores estáveis e uma ampla camada de contratados sob o regime da terceirização. As empresas deixam de manter a relação um trabalhador/uma máquina, e criam células produtivas, com cinco ou mais trabalhadores operando simultaneamente até cinco máquinas. Essa reestruturação produtiva caracterizou o chamado período da acumulação flexível, de acumulação capitalista sem a rigidez taylorista e fordista. Um segundo movimento se inicia em 79 e se espalha por toda década de 80 com a vitória de Thatcher na Inglaterra, Reagan nos EUA e Kohl na Alemanha, fazendo com que o neoliberalismo, ideologia de uma pragmática muito reacionária, fizesse a apologia do mercado, da desregulamentação, das privatizações, da retração do Estado no que concerne a sua dimensão pública e social, ao lado de sua ampliação como instrumento de sustentação das grandes transnacionais. Esse movimento atacou duramente a classe trabalhadora e os sindicatos, vistos como os inimigos principais. Hayeck, um dos formuladores dessa teoria junto com Friedman, dizia que era preciso combater a ‘corporação’ do trabalho. Esse duplo movimento articulado, que é a dupla face de um processo totalizante de reestruturação produtiva no chão da fábrica e de neoliberalismo no plano ideológico-político, leva a uma terceira característica: o aumento da financeirização, com a hegemonia do capital financeiro e a fusão do capital bancário ao capital industrial, mais os capitais voláteis, aqueles que ficam circulando e saqueando o mundo, digamos. O quarto ponto é evidente: a enorme precarização do trabalho, que agora se torna também estrutural, pela qual redução de custo significa basicamente cortar a força de trabalho. Um último movimento desse cenário é que, a partir de 1989, com o fim do projeto político que se desenhou na União Soviética e que, ao longo do período 30-50, ganhou um caráter que não era socialista, mas também não era rigorosamente capitalista, assistiu-se ao desmonte do bloco socialista. Criou-se a idéia de fim da História, em que o Capitalismo estava vitorioso e que o único caminho era o neoliberalismo, o capitalismo destrutivo, levando o Fukuyama a teorizar o fim da história.

ES: Chegaram a decretar o fim das ideologias também...

Ricardo Antunes: Sim, o fim da história enquanto fim das ideologias, ou seja, o capitalismo é vitorioso. Talvez pudéssemos dizer que foi o período de uma monumental contra-revolução burguesa de amplitude global. É dessa forma que eu desenharia o capitalismo e suas principais mudanças a partir dos anos 70 para cá.

No entanto, sabemos que o capitalismo também se sustenta numa superestrutura ideológica. Parece que saímos das disputas classistas clássicas do enfrentamento capital/trabalho, opondo burguesia e proletariado, para uma espécie de *softpower* que vai ‘comprando’ as consciências, diminuindo as resistências.

Isso remete à ideologia regressiva a que me referia: a ideologia do presente é a do mercado contra o Estado, os sindicatos e o socialismo. No livro de Hayeck, *O caminho da servidão*, o caminho da servidão é o da estatização, da social-democratização e, naturalmente, de recusa visceral ao socialismo. O mais nefasto dessa ideologia neoliberal é que ela tem claro que é preciso desorganizar a classe trabalhadora, quebrar os laços de solidariedade de consciência de classe, fazer proliferar o culto do individualismo possessivo do indivíduo-consumidor – cada um é responsável por si, sindicatos e partidos de esquerda atrapalham, a luta socialista é nefasta. Assim, na empresa o trabalhador passa a ser considerado ‘colaborador’, ‘parceiro – esse é um discurso ideológico, que afirma não mais haver conflito entre capital/trabalho, no qual a colaboração é para desenvolver o melhor para a empresa. Lamentavelmente, o que foi mais bem sucedido no neoliberalismo foi essa ideologia do individualismo e da negação de um projeto coletivo. De todo modo, não houve a eliminação da contradição capital/trabalho, mas sua complexificação. A redução do operariado industrial e a ampliação do trabalhador dos serviços repõem a contradição capital/trabalho em outros termos, não restrita ao âmbito fabril, mas abarcando outras esferas. Como é uma contradição entre as poderosas forças materiais, ideológicas e políticas do capital e a força de trabalho num momento de defensiva diante de uma contra-revolução burguesa, isso deu a falsa idéia de que essa contradição havia desaparecido. Hoje há um novo desenho das classes e da confrontação entre as forças sociais do trabalho e as forças dominantes do capital global, numa mediação muito mais complexa.

Então podemos dizer que aos oprimidos clássicos denunciados por Marx, que formavam a classe operária, juntou-se um batalhão de outros grupos e segmentos sociais? Ainda é possível uma aliança classista contra o capital? De que maneira isso se processaria?

Certamente. Usei uma expressão para caracterizar a classe trabalhadora hoje: ‘classe-que-vive-do-trabalho’. Atualmente, o contingente de homens e mulheres que dependem do seu trabalho para sobreviver aumentou, embora tenha havido uma relativa diminuição dos, chamemos assim, operários clássicos. Os metalúrgicos do ABC chegaram a ser 270 mil, hoje são menos de 100 mil; bancários, quase 1 milhão, hoje 400 e poucos mil. No entanto, aumentou o de operadores de telemarketing. Na América Latina e na Ásia há muitas empresas ‘deslocalizadas’. O EUA ‘furam’ o muro e vão para as *maquiladoras* mexicanas porque lá se paga até 10 vezes menos aos trabalhadores para fazer o mesmo produto. Então, ampliou-se e mundializou-se o conflito de classes, mas continua evidente que o capital produz classes, o que aparece claramente nos países em que governos locais são dóceis aos capitais e não há tradição sindical, a exploração do trabalho chegando a um nível intenso. Veja o paradoxo: na época em que o capitalismo atingiu um plano tecno-informacional bastante avançado, nessa era da informatização, vê-se a expansão da era da informalização.

Isso implica perceber as novas formas de exploração e dominação, tanto na política quanto no chão da fábrica, não é?

Ao lado desses processos de reorganização do capitalismo e correspondente precarização estrutural do trabalho, ocorre a proletarização das camadas médias – escriturários, professores, funcionários públicos, médicos, bancários, um contingente enorme dos assalariados médios com funções não diretamente produtivas, proletarizam-se. Escolas privadas de todos os níveis precarizam a profissão e o trabalho do professor, que muitas vezes ganha salário muito inferior ao dos operários tradicionais; com muita frequência, setores do funcionalismo público empobrecem – esses são os traços da precarização estrutural do trabalho.

Como vê esses impactos no Brasil, um país dependente de capitais externos, que abriu sua economia e precarizou o trabalho, que já era precário?

As mudanças chegaram tardiamente ao Brasil, porém de modo intenso. Foram ensaiadas na segunda metade dos anos 80, entraram para valer com o Collor, depois com FHC e continuam com Lula. O principal desmonte foi no governo FHC, em que culminou uma racionalidade burguesa de implantação dos pilares do neoliberalismo. O setor produtivo brasileiro sustentava-se num tripé: estatal, nacional e internacionalizado, ou internacional. De 90 para cá, com o processo monumental de privatização, uma quantidade muito grande do PIB brasileiro mudou de mãos: do setor produtivo estatal para o capital privado. Até uma década e meia atrás, os bancos tinham 7% do seu capital nas mãos de setores internacionais; hoje imagino que esteja perto da casa dos 50%, e isso num setor que era bastante nacionalizado.

E quais são os desafios de uma política de esquerda nesse contexto?

O desafio que se coloca nos anos 2000 é refundar um sindicalismo de esquerda e de classe capaz de recuperar o que foi a CUT nos anos 80, porém no século 21. É o que está tentando fazer, embrionariamente, a CONLUTAS, que inclusive quer participar de um pólo sindical e popular, não só de sindicatos, assim como a InterSindical, outra tendência que saiu da esquerda da CUT – todos se perguntam qual o caminho a seguir. Em minha opinião, a CUT se vendeu, não vejo mais possibilidades nela. Eu gostaria de dizer o contrário, mas falo como analista, como estudioso. Nos anos 90, houve o que eu chamei a desertificação neoliberal no Brasil, e a CUT sofreu um gradual e sistemático trânsito de uma central sindical de esquerda, de base, autônoma e classista, para uma central burocrática, institucionalizada, da ordem, dependente dos recursos públicos e cada vez mais próxima dos fundos de pensão, tendência já seguida por sindicatos de muitos países capitalistas. Penso que vamos ter uma esquerda sindical pequena na CUT e a Articulação reinando. No plano partidário, o PSOL começou devagarzinho, mas já teve uma campanha eleitoral que conseguiu, com pouco, dizer que não era justo que o debate eleitoral ficasse entre as duas faces de uma mesma moeda, e isso foi importante. Com relação ao MST, penso que é diferente: ele sofreu muito no primeiro governo Lula, já que não tem como se sustentar; tem dito claramente que acabou a eleição e que o governo Lula vai começar com os canaviais esquentando.

Teríamos ainda a luta entre esquerda e direita, com a esquerda representando as lutas coletivas, sociais etc., e criticando o paradigma mercantil-individualista?

Geralmente, quem diz isso são os setores da direita. No caso brasileiro, é evidente o avanço de uma nova direita, aquela que assume ser de direita. Hoje é comum a criminalização dos movimentos sociais e de suas lideranças: qualquer coisa é motivo de processo, tem que pagar advogado para não ser condenado, pode ser preso e julgado por setores da justiça de clara postura conservadora e de direita. Por outro lado, é preciso perceber, pelo menos na América Latina, dois caminhos: o primeiro, brinco, é a esquerda que a direita gosta, aquela que faz o que a direita quer – Tony Blair é o caso típico europeu: ganhou as eleições, tornou-se primeiro ministro e deu continuidade, com absoluta tranquilidade, aos fundamentos do neoliberalismo com um verniz social ridículo.

A chamada terceira via...

... isso, terceira via, quer dizer, neoliberal e social-democrata, pouco de social-democracia e muito de neoliberal, por isso social-liberalismo. No caso latino americano, é evidente que o Lula é uma expressão dessa vertente, do mesmo modo que no Chile e no Uruguai. E tem a esquerda que, na América Latina, hoje, é possível ver nos movimentos sociais – no MST, em Chiapas e Oaxaca no México, no Equador, Venezuela e Bolívia. Há os governos Chávez e Morales que buscam caminhos alternativos, com o presidente venezuelano, corajosamente, definindo seu governo como o socialismo do século 21. É evidente que ainda tem aquela esquerda herdeira das lutas socialistas do século 20, que também precisa fazer um exercício para serem radicais e contemporâneas. A esquerda tem que retomar a luta pelas questões vitais, é isso que poderá lhe dar força e fazer com que recupere seu sentido humano-social. Os fóruns sociais mundiais têm ajudado nessa direção.

No Brasil, a educação sofre fortemente os impactos da globalização e do neoliberalismo. Como o sindicalismo docente tem reagido e pontuado suas lutas, teórica e praticamente?

A primeira idéia importante é que, já no início dos anos 90, o Banco Mundial começou a desenvolver uma idéia de que a educação era um negócio, um serviço a ser bem equacionado no plano de um serviço privado e mercadorizado. Fica nítida uma política de privatização do ensino primário, secundário e superior que vem desde a ditadura militar. A política é clara: o que o governo Lula está fazendo ao instituir o Pró-UNI? Tirando recursos que poderiam ser canalizados para ampliação do ensino público superior e incentivando as faculdades privadas de péssima qualidade, o que beneficia empresários de ‘fábricas de escolas’, como dizia Marx, em que há uma qualificação formal para o mercado de trabalho, mercado que não tem como absorver nem qualificados nem não-qualificados. Dizer que é qualificando que se tem emprego é falacioso e, no limite, falso. Claro que, sendo mais qualificado, você pode ter mais chances de disputar o emprego, mas sua possibilidade de estar desempregado também é grande.

Para Cláudio Moura Castro em torno de 80% não vai para a área na qual foi formado.

Isso aí. Em segundo lugar, há o processo de precarização do trabalho docente e do professor. As escolas privadas montam falsas cooperativas, contratam professores sem direitos, já que uma cooperativa não é uma relação contratual trabalhista entre capital e trabalho, proprietário e assalariados, mas uma relação autônoma. Estamos presenciando uma situação bem difícil: a educação virando negócio cresce a cada dia, nascem escolas privadas novas, especialmente superiores, porque é uma fábrica de fazer dinheiro. Qual é o nosso desafio? Primeiro, temos que ter claro e enfatizar com muita força que a educação é parte do processo humano-social, tem um sentido emancipatório, a educação humanista de que falava Marx, Engels, Manacorda. Vou ler um trecho de um texto do Gramsci em que ele critica a idéia de uma escola dos ricos, para a burguesia, e uma escola profissional dos pobres, para os trabalhadores: “A escola profissional não deve se tornar uma incubadora de pequenos monstros, aridamente instruídos para um ofício sem idéias gerais, sem cultura geral, sem alma, mas só com um olho certo e a mão firme.” Nosso desafio no século 21 é criar uma escola com alma, com cultura geral. É absurdo formar um jovem hoje, seja na educação básica, seja na universidade, que não perceba que a vida da humanidade está sob risco com a destruição bélica, do ambiente, do trabalho. Então, a escola humanista é aquela que, ao mesmo tempo, forma o cidadão para pensar a sociedade, na riqueza, na complexidade, na humanidade que ela tem, com todas as suas contradições, e para inserir-se na vida em um trabalho dotado de sentido. O trabalho que as empresas querem é desprovido de sentido. Queremos uma educação privatista, sem alma e sem cultura, só com o olho certo na produção e dirigida ao mercado de trabalho destrutivo? Ou queremos uma escola que seja capaz de pensar tanto no futuro imediato do jovem quanto nos desafios que a humanidade tem pela frente? Isso é fundamental. É aí que entra o sindicalismo, num duplo movimento: por um lado, tem que ser uma barreira contra essas formas da precarização do trabalho docente em todos os níveis de ensino, incluída as escolas públicas dos grotões, que pagam menos que um salário mínimo. Tem que ser uma luta, primeiro, pelos direitos do professor, garantindo um mínimo de dignidade na sua remuneração. Segundo, mesmo o sindicalismo das escolas privadas, deve lutar com coragem pela ampliação da escola pública, pois ela é a única que pode garantir aos filhos dos trabalhadores, os pobres, um ensino público de qualidade, no sentido gramsciano, com alma, cultura geral. A qualificação docente – que não ocorre no plano das escolas privadas – implica ter carreira nas universidades, salários dignos nas escolas de ensino médio, de modo que o professor da escola privada não seja um mero assalariado de uma fábrica de conhecimento, e sim um pedagogo e educador numa escola em que esse direito de ensinar e trabalhar com dignidade se mantenha. Quatro: Que sociedade queremos? Quando vocês fazem uma entrevista como essa para o jornal, querem entender um pouco esse quadro mundial devastador. Não dá pra lutar só pelo nosso dia-a-dia, ainda que isso seja decisivo; temos que lutar pelo que queremos para sociedade hoje e amanhã – para mim esses são os desafios do sindicato. Para dar uma nota de otimismo, eu diria que as lutas sociais estão se ampliando e que os movimentos sociais sabem que a educação é muito importante. O MST, por exemplo, tem escolas próprias nos seus assentamentos e convênio com escolas públicas, e ainda formou uma escola nacional Florestan Fernandes. Se eles querem o mundo da direita, nós queremos outro mundo, que é possível e necessário e poderá ter a cara socialista – essa é provocação que eu faço.

Você entende que o fato de o professor, depois de décadas de descaso com a educação, fundamentalmente a pública, e depois do forte processo de privatização, deixou de se ver e de atuar como intelectual?

Sim, claro, porque em parte o professor de 30 anos atrás tinha uma condição profissional relativamente estável no ensino público e positiva nas escolas privadas, com um padrão que o respeitava como um profissional que ajuda na formação. Isso foi dilapidado pela proletarização das classes médias e do professor, que agora tem de dar 40 h/a por semana e não tem tempo para pesquisar, fazer trabalhos extra-classe, empenhar-se em sua formação, participar da cultura e das artes – ele se proletarizou e passou a receber um salário indigno, o que fez com que muitos membros da categoria perdessem um pouco esse sentido humanista-pedagógico. Por outro lado, essa proletarização teve uma consequência positiva: fez desmoronar um certo elitismo que existia na categoria, principalmente nas universidades, que se achavam diferentes e diziam: “Sou professor universitário, não sou trabalhador.” Evidente que é um trabalhador, no ramo da educação universitária ou média. Por que a APEOESP, nos anos de ditadura militar, se expandiu imensamente e participou de lutas majestosas no Brasil? Porque o professor se via também como trabalhador. É preciso resgatar a condição intelectual desse tipo de trabalho, para que a gente não se veja nem como um intelectual que não é trabalhador, nem como um trabalhador que não é intelectual.

Então é redignificar e reontologizar a ação do professor e aproximá-lo das lutas populares?

Certamente. Como o professor pode viver bem se os trabalhadores em geral estão destrocados? A luta do MST pela terra contra a produção de transgênicos, tem diretamente a ver com a nossa. A luta do sindicato combativo pela redução de jornada de trabalho é diretamente também a nossa, pois significa mais tempo para ele poder viver uma vida dotada de sentido. É justamente o que não temos no neo- corporativismo sindical, em que cada categoria cuida só do seu espacinho, e é isso que o neoliberalismo suporta (não o que ele quer). Temos que quebrar isso, criando

laços fortes com as forças sociais do trabalho. Educação é para todos, e depende disso que Gramsci chamou de uma educação com alma, cultural, no sentido emancipatório – ela é parte de um sistema de emancipação. Esse é um desafio nosso, combinar o aqui e agora, os desafios, e a humanidade que nós temos que lutar para o séc. 21. O sindicato tem estrutura para fazer isso; pode começar modestamente com boletins, jornais, cinema, teatro, arte, cultura, debates. São poucos os sindicatos que fazem debates hoje no Brasil. É verdade que o socialismo é impossível no séc. 21, como diz a direita? É claro que não, porque a história não está dada; ela é tecida e construída por nós, cotidianamente. São os desafios do sindicalismo docente e de todos trabalhadores, incluindo movimentos sociais e os partidos de esquerda comprometidos com uma nova humanidade, uma outra sociedade.

Portanto, vai ter de ser uma luta no plano, como dizia o próprio Gramsci, da hegemonia cultural?

Certamente, num mundo onde parece que o capital domina tudo, temos que fazer uma contra-hegemonia, isto é, uma hegemonia própria, típica dos desafios que a sociedade do novo século nos impõe.

Como vê o ensino a distância no Brasil? Até porque ele será estimulado pelo próprio governo federal.

Não sou especialista nesse tema, acho que temos que começar a estudá-lo. Eu posso dizer algo pela experiência que vivi quando trabalhei na universidade inglesa de Sussex, Inglaterra, que ensina a distância. Por que não o professor e a escola? Os recursos são poucos? Paremos de remunerar os bancos que já ganharam muito; vamos remunerar o docente presencial. Essa idéia de ensino a distância cheira a uma formação em massa que é, de novo com Gramsci, desqualificada, desumanizada. No ensino a distância a alma se perde pelos fios, e nós temos que resgatar os fios capazes de propiciar um ensino com alma.

Você concordaria com as afirmações de que estamos vivendo a morte dos ‘intelectuais coletivos’ (sindicatos, partidos...) e de que a política tornou-se irrelevante?

A política hoje, tal como vem sendo desenvolvida, dá sinais de envelhecimento, mas eu não diria que isso significa seu esgotamento. Eu diria que nós temos, por um lado, o exercício de uma política tradicional e desgastada pelos partidos dominantes – ontem o PSDB, anteontem o PMDB, hoje o PT; por outro, temos o exercício de um movimento de recusa à política, que hoje se expressa na idéia de que todos os candidatos são iguais e de que a política não tem mais alternativa. Eu diria que, para sair dessa armadilha, retorne-se ao exercício da política radical. No caso latino-americano, presenciamos pelo menos duas experiências que dão sinais de que isso é possível, em termos de postura de governo: os exemplos da Venezuela e da Bolívia, cujos governantes estão exercitando, no próprio aparelho do Estado, formas alternativas de se contrapor ao tabuleiro dominante. No plano das lutas sociais são vários os exemplos de uma política que chamo de radical, alternativa à tradicional: piqueteiros na Argentina, indígenas e camponeses na Bolívia e no Equador, zapatistas no México, MST no Brasil. Claro que a economia tem tolhido o espaço da política, mas não creio que não haja alternativa a isso. Somos desafiados a exercitar outras posturas e só as lutas sociais podem dar um sentido radical à política meramente discursiva. Essa crise permite descortinar o enorme leque de alternativas existentes dentro do campo dos chamados intelectuais de esquerda: do silêncio real, dado pela dúvida autêntica, ao silêncio tático, mais perigoso. De minha parte, procuro manter a coerência e o compromisso com o conhecimento crítico, sobretudo a consciência de que os interesses fundamentais da sociedade encontram-se no universo do trabalho, na humanidade que trabalha.